

CANIETA ESVAZIADA

Senado aprova PEC que limita poder do STF com apoio de Pacheco, governistas e oposição

LAURIBERTO POMPEU, DIMITRIS DANTAS, CAMILA TURTELLI E MARIANA MUNIZ

O Senado aprovou ontem em dois turnos, com amplo apoio da oposição e aval do líder do governo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita decisões individuais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A iniciativa foi defendida pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e teve 52 votos a favor e 18 contra, sem abstenções. O texto agora segue para a Câmara dos Deputados, onde a tendência é que enfrente mais resistências.

A PEC faz parte de um pacote de projetos do Senado que busca impor freios à atuação da Corte — há na lista também a criação de mandatos para os magistrados — e funcionou para que Pacheco fizesse um aceno aos bolsoristas da Casa. Uma modificação no projeto aprovado ontem, no entanto, possibilitou a ampliação do apoio entre os parlamentares.

A redação original vedava que decisões individuais de ministros fossem usadas para demurrar "atos normativos" em geral, o que incluía uma série de ações do governo federal, como portarias assinadas por ministros. Este item acabou suprimido e foi mantida a proibição para as decisões monocráticas que sustentem "ato do presidente da República, do presidente do Senado Federal, do presidente da Câmara dos Deputados ou do presidente do Congresso Nacional". Definições do tipo, de acordo com o texto, só podem ser revertidas por decisões colegiadas, a partir de doze votos da maioria dos ministros.

NOMEAÇÃO DE DILMA
O projeto abrange inclusive decisões monocráticas tomadas antes da eventual promulgação da PEC, mas que durante o prazo de vigência estejam pendentes de análise do plenário.

Desta forma, caso a proposta avance e seja sancionada pelo presidente, fica proibido que um ministro isoladamente suspenda uma nomeação presidencial, por exemplo. Casos do gênero já ocorreram quando os ministros do STF Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes bloquearam, respectivamente, a ida de Lula para a chefia da Casa Civil, em 2016, após um ato de Dilma Rousseff; e a nomeação do hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) para o comando da Polícia Federal, feita por Jair Bolsonaro em 2020.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse em plenário que a posição oficial do Palácio do Planalto era liberar a base para se posicionar como bem entendesse. Ele foi favorável à aprovação, que ocorreu por apenas três vo-



Plenário. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), conversa com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em sessão que aprovou a PEC

VEJA COMO VOTOU CADA SENADOR



DECISÕES MONOCRÁTICAS EMBLEMÁTICAS

Veto a Lula
Em 2020, em meio à crise do governo Dilma, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a nomeação de Lula para a Casa Civil, depois que o petista já havia tomado posse.

Orçamento secreto
Em novembro de 2022, a então ministra Rosa Weber suspendeu o pagamento das emendas de relator do Orçamento da União.

Ramagem barrado do PF
Alexandre de Moraes suspendeu, em abril de 2020, a nomeação de Alexandre Ramagem para o cargo de diretor-geral da Polícia Federal. O ministro alega a proximidade dele com a família do ex-presidente Jair Bolsonaro, que o nomeou.

Lei de improbidade
Alexandre de Moraes também suspendeu artigos da lei que dificultavam a possibilidade de responsabilização de agentes públicos em casos de abusos.

PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA

Decisões monocráticas
O texto proíbe as decisões que anulam atos dos presidentes da República, da Câmara, do Senado ou do Congresso. Atos como portarias expedidas por ministros, por exemplo, ainda podem ser derrubados monocraticamente.

to diminuir as diferenças que poderiam incomodar ou serem interpretadas equivocadamente — como uma intromissão do Legislativo na Corte Superior — afirmou Wagner. Entre os partidos mais ali-

ados ao Planalto (PT, PSD, MDB, PDT, PSB), houve 15 votos a favor da PEC, em 42 possíveis, o que significa uma a cada três parlamentares. No PT, só Wagner foi a favor — houve sete votos contrários. Há no Senado representa-

mentos de outros siglas com representação no primeiro escalão do governo (PP, União Brasil e Republicanos), mas estas legendas têm características oposicionistas no Senado. O Palácio do Planalto formalmente buscou distância da votação, para evitar indisposições com o Senado ou Supremo. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD-MT), que é senador licenciado, retomou ontem o mandato e participou da sessão, dando um voto contrário. Mais cedo, ele havia participado da sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), quando se posicionou a favor do projeto de taxa de fundos exclusivos e offshore, item da agenda executória do ministro Fernando Haddad (Fazenda). A suplente de Fávaro se alinha à oposição em determinados temas. Pela manhã, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, havia afirmado que "um governo sério não deve tratar sobre como vai funcionar o STF" e, por isso, o Planalto não iria interferir.

Por outro lado, senadores da base, como o líder do governo no Congresso, Randolfo Rodrigues (sem partido-AP), agiram para que a proposta não tivesse maioria. Apesar de não ter conseguido número suficiente para barrar o texto, a articulação conseguiu, por exemplo, angariar votos no PSD, partido do próprio presi-

Autor da proposta.
O senador Orlivoisto Guimarães (Podemos-PR)



dente do Senado. Na outra ponta, também foi defensor da PEC o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP).

Pacheco negou que o andamento do projeto configure "retaliação ou resposta" ao STF. Para ele, que conversou na véspera com Moraes, a iniciativa busca o "equilíbrio entre os Poderes".

—A intenção dessa PEC é muito boa, é o aprimoramento. Algo muito positivo para Justiça desse país. De acordo com a colunista Bela Megale, do GLOBO, ministros do STF entraram na articulação contra a PEC. Senadores de diferentes partidos relataram que receberam telefonemas de magistrados com ponderações contra a proposta. Um ministro do Supremo disse reservadamente que a medida não afeta os trabalhos do tribunal, mas é encaráda como uma "provoação" da Casa.

DIFFICULDADES NA CÂMARA

O texto agora segue para a Câmara, mas não faz parte da agenda prioritária do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que tem procurado dar andamento a pautas econômicas de interesse do Executivo. Em conversa com o presidente do STF, Luis Roberto Barroso, logo após o ministro tomar posse no cargo, Lira sinalizou que não daria andamento a propostas que esbarrassem em prerrogativas de ministros da Corte. Interlocutores do presidente da Câmara avaliam que a pauta só ganhará tração na Casa se houver um movimento relevante de líderes partidários defendendo a votação, o que não está na lista de prioridades dos principais partidos da Casa no momento.

Outro ponto da PEC prevê que, nos casos de recesso, o presidente do STF poderá suspender individualmente leis em caso de urgência ou risco de "dano irreparável". A decisão teria que ser levada a plenário em até 30 dias após a volta do recesso.

Também saiu do texto a previsão de limitação de pedidos de vista, quando os ministros interrompem os julgamentos para analisarem os processos com mais tempo. A mudança foi feita porque a adequação que limita o instrumento já foi incorporada pelo próprio STF em seu regimento interno — o prazo para a devolução é de 90 dias.

Regras sobre as decisões individuais já compõem o regimento interno do STF. No final do ano passado, uma mudança regimental determinou que o ministro relator submeta imediatamente ao plenário as decisões monocráticas envolvendo prisões, afastamento de cargo público ou interrupção de políticas governamentais. (Colaboração Karolmi Bandeira)